

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA



Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

#### FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL

(Processo Administrativo nº 03643.000165/2026-51)

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **serviços contínuos** de **empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem motoristas, em atendimento as necessidades no âmbito da Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul, divididos em 03 (três) lotes**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| LOTE | LOCAL             | ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QNT. | VALOR UNITÁRIO  | VALOR TOTAL              |
|------|-------------------|------|---|--------|-------------------|------|-----------------|--------------------------|
| 01   | Porto Alegre – RS | 1    | <b>Veículo Convencional (Leve):</b> tipo hatch ou sedan, motorização 1.0, 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos nas portas dianteiras, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. altura mínima do solo de 155 mm e documentação regular. Cor branca. | 4014   | Un.               | 24   | R\$<br>3.192,89 | <b>R\$<br/>76.629,36</b> |

|   |  |          |   |      |     |   |                 |                           |
|---|--|----------|---|------|-----|---|-----------------|---------------------------|
|   |  | <b>2</b> | <b>Veículo Intermediário:</b><br>Tipo SUV ou Pick-up, com maior altura livre do solo, torque reforçado (torque de no mínimo 20kgfm), 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, apto para tráfego em vias não pavimentadas, altura mínima do solo de 190 mm tração 4 x 2, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. Cor branca | 4014 | Un. | 8 | R\$<br>4.961,40 | <b>R\$<br/>39.691,20</b>  |
| <b>Valor global lote 01 – (até 32 locações)</b> |  |          |   |      |     |   |                 | <b>R\$<br/>116.320,56</b> |

| LOTE      | LOCALIDADE              | ITEM     | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE E DE MEDIDA | QNT.. | VALOR UNITÁRIO  | VALOR TOTAL              |
|-----------|-------------------------|----------|---|--------|---------------------|-------|-----------------|--------------------------|
| <b>02</b> | <b>Santa Maria – RS</b> | <b>3</b> | <b>Veículo Convencional (Leve):</b> tipo hatch ou sedan, motorização 1.0, 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos nas portas dianteiras, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. altura mínima do solo de 155 mm e documentação regular. Cor branca. | 4014   | Un.                 | 12    | R\$<br>3.192,89 | <b>R\$<br/>38.314,68</b> |

|   |  |          |   |      |    |   |                 |                          |
|---|--|----------|---|------|----|---|-----------------|--------------------------|
|   |  | <b>4</b> | <b>Veículo Intermediário:</b><br>Tipo SUV ou Pick-up, com maior altura livre do solo, torque reforçado (torque de no mínimo 20kgfm), 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, apto para tráfego em vias não pavimentadas, altura mínima do solo de 190 mm tração 4 x 2, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. Cor branca | 4014 | Un | 8 | R\$<br>4.961,40 | <b>R\$<br/>39.691,20</b> |
| <b>Valor global lote 02 - (até 20 locações)</b> “Nos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados <b>exclusivamente</b> à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. |  |          |   |      |    |   |                 | <b>R\$<br/>78.005,88</b> |

| LOTE      | LOCALIDADE              | ITEM     | ESPECIFICAÇÃO   | CATSE<br>R | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA | Quant. | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL           |
|-----------|-------------------------|----------|---|------------|-------------------------|--------|-------------------|--------------------------|
| <b>03</b> | <b>Passo Fundo – RS</b> | <b>5</b> | <b>Veículo Convencional (Leve):</b> tipo hatch ou sedan, motorização 1.0, 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos nas portas dianteiras, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. altura mínima do solo de 155 mm e documentação regular. Cor branca. | 4014       | Un.                     | 12     | R\$<br>3.192,89   | <b>R\$<br/>38.314,68</b> |

|   |  |          |   |      |     |   |                 |                          |
|---|--|----------|---|------|-----|---|-----------------|--------------------------|
|   |  | <b>6</b> | <b>Veículo Intermediário:</b><br>Tipo SUV ou Pick-up, com maior altura livre do solo, torque reforçado (torque de no mínimo 20kgfm), 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, apto para tráfego em vias não pavimentadas, altura mínima do solo de 190 mm tração 4 x 2, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. Cor branca | 4014 | Un. | 4 | R\$<br>4.961,40 | <b>R\$<br/>19.845,60</b> |
| <b>Valor global lote 03 – (até 16 locações)</b> “Nos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados <b>exclusivamente</b> à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. |  |          |   |      |     |   |                 | <b>R\$<br/>58.160,28</b> |

|  |                       |
|--|-----------------------|
| <b>Valor global de referência para os 3 lotes da Licitação (até 68 locações)</b> | <b>R\$ 252.486,72</b> |
|--|-----------------------|

#### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2.O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(s)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3.O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **se trata de objeto essencial ao IBGE/RS**, sendo a vigência **plurianual** mais vantajosa considerando o **Estudo Técnico Preliminar**.

#### **Prazo de vigência**

1.4.O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do Termo de Contrato**, prorrogável por **até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A quantidade total máxima de locações a ser contratada pela **Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul** será de até **68 (sessenta e oito)** locações de veículos, que serão utilizadas durante um período de **12 (doze) meses**, e distribuídas de acordo com as necessidades dos serviços, com estimativa de:

1.6.1 **Até o máximo de 08 veículos/mês de locações no polo de Porto Alegre – RS;**

1.6.2 Até o máximo de **05** veículos/mês de locações no polo de **Santa Maria – RS**;

1.6.3 Até o máximo de **04** veículos/mês de locações no polo de **Passo Fundo – RS**;

1.7. A quantidade mensal estimada indicada no item anterior é meramente referencial, de maneira que será possível solicitar uma quantidade de veículos inferior ou superior ao previsto mensalmente e em datas diferentes, respeitado, entretanto, o valor total da contratação durante o período contratual de 12 (doze) meses.

1.8. As quantidades de locações previstas neste Termo de Referência são apenas estimativas. A Administração solicitará os veículos conforme demanda interna do IBGE, razão pela qual a CONTRATANTE **não tem a obrigação de solicitar todas as locações previstas no Edital** e a CONTRATADA **não tem o direito de receber os valores de locações não solicitadas**;

1.9. A CONTRATADA não será remunerada em hipótese alguma por custos de veículos disponibilizados e não solicitados pela CONTRATANTE ou por veículos solicitados e não entregues;

1.10. Os veículos deverão ser **entregues/retirados** pela CONTRATADA nos seguintes endereços abaixo, de acordo com a solicitação formal da CONTRATANTE, em um prazo de **24 (vinte e quatro) horas** após a formalização da solicitação:

| Município         | Endereço   | CEP       |
|-------------------|--|-----------|
| Porto Alegre – RS | Av. Augusto de Carvalho, nº 1.205, bairro Praia de Belas, na cidade de Porto Alegre/RS | 90010-390 |
| Santa Maria – RS  | Rua Pantaleão, 39 – BAIRRO: Centro   | 97010-180 |
| Passo Fundo – RS  | Rua Paissandu, 753 – 5º andar, BAIRRO: Centro  | 99010-101 |

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: **33787094000140-0-000001/2026**;
- II) Data de publicação no PNCP: **12/02/2025**;
- III) Id do item no PCA: **30**;
- IV) Classe/Grupo: **732 – SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS**;
- V) Identificador da Futura Contratação: **20/2026**;

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução consiste na locação de **até 68 (sessenta e oito) veículos no total**, sob regime de **quilometragem livre**, garantindo que a Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul não sofra restrições

orçamentárias variáveis diante da incerteza dos deslocamentos em pesquisas novas (como a de Ligações Hidroviárias). A proporção de **~2:1 entre veículos convencionais (48) e intermediários (20)** visa otimizar o recurso, alocando os veículos de maior custo (intermediários) apenas para as agências com maior incidência de setores rurais e rotas críticas:

3.3.A solução consiste na locação de veículos **sem motorista**, com suporte técnico **em todo o território do Rio Grande do Sul**, garantindo que as equipes das **36 agências** tenham mobilidade ininterrupta.

3.4.A divisão foi planejada seguindo a logística das 36 agências da SES/RS vinculadas aos 3 polos de entrega:

|                   | Veículo de passeio (leves) | Veículo Intermediário (elevado) |
|-------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Porto Alegre - RS | 24                         | 8                               |
| Santa Maria - RS  | 12                         | 8                               |
| Passo Fundo -RS   | 12                         | 4                               |
| <b>TOTAL</b>      | <b>48</b>                  | <b>20</b>                       |

3.5.A CONTRATADA deverá fornecer os veículos conforme as especificações e quantitativos já informados, nas seguintes condições:

3.5.1 Entregar e manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, de conservação, manutenção, pintura, segurança e higiene, equipados com cintos de segurança, pneu de socorro e demais acessórios exigidos pela legislação pertinente, bem como a documentação atualizada;

3.6.Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada nos veículos no decorrer da prestação dos serviços;

3.7.Não utilizar pneus recauchutados ou quaisquer componentes elétricos, mecânicos ou eletromecânicos recondicionados, ou que estejam vencidos;

3.8.Providenciar **substituição** de veículo, por motivo de manutenção corretiva, quebra, avaria, acidente, defeitos mecânicos, necessidade de revisão e outros, nas mesmas condições descritas no Termo de Referência, no seguinte intervalo de tempo:

3.8.1 **48 (quarenta e oito) horas úteis** – para quando o transporte estiver sendo executado em áreas distantes, mais de **150 (cento e cinquenta) km** dos Pontos de retirada mais próximos, conforme **item 1.10**;

3.8.2 **24 (vinte e quatro) horas úteis**– para quando o transporte estiver sendo executado em áreas menos distantes de **150 (cento e cinquenta) km** dos Pontos de retirada mais próximos, conforme **item 1.10**;

3.9.As revisões, quando necessárias, serão agendadas previamente pela Contratada que substituirá o veículo na data e horário combinado, em um dos endereços descritos acima, **item 1.10**;

3.10. Caso o veículo precise passar por revisão, a contratada deverá retirar o veículo no local indicado na tabela acima **item 1.10**, e proceder a sua respectiva substituição (no período estabelecido nos itens 3.8.1. e 3.8.2.). Dessa forma, a continuidade das atividades não restará prejudicada;

- 3.11. A Contratada é responsável por todos os deslocamentos necessários para a realização de consertos de veículos. A CONTRATANTE não disponibilizará servidores para acompanhar esses serviços;
- 3.12. A contratada deverá planejar a necessidade de revisões antecipadamente e entregar os veículos no **mínimo a 6.000 (seis mil) km ou 6 (seis) meses** da próxima revisão periódica, conforme plano de manutenção da montadora;
- 3.13. O prazo para agendar a manutenção no veículo (preventiva) ou quando houver um defeito que não impeça a sua utilização será de **15 (quinze) dias úteis**, ou seja, **ao ser solicitado um reparo de um defeito leve, a contratada retornará uma data de agendamento do reparo que será de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis após a solicitação.**
- 3.14. Os veículos substituídos que não atendam às disposições contratuais serão recusados pela fiscalização;
- 3.15. Caso o veículo precise ser levado por meio de guincho, o substituto será entregue com o mesmo nível de abastecimento do substituído, nos **mesmos prazos dos itens 3.8.1 e 3.8.2;**
- 3.16. Reembolsar o IBGE, mediante desconto em suas faturas ou através de qualquer meio de cobrança a critério do IBGE, todas as despesas que este tiver de efetuar para suprir falhas ocorridas nos serviços objeto do presente Termo de Referência, em consequência de ação ou omissão da Contratada;
- 3.17. Arcar com todo e qualquer dano e prejuízo causado ao IBGE;
- 3.18. **Reembolsar, de imediato, as despesas efetuadas com o uso de outros meios de transportes pelos servidores e/ou contratados do IBGE nas hipóteses de inobservância do prazo de substituição;**
- 3.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de **habilitação e qualificação** exigidas na licitação;
- 3.20. A CONTRATADA deverá providenciar a **troca dos veículos disponibilizados para o IBGE, quando os mesmos atingirem a marca de 75.000 (setenta e cinco mil) quilômetros rodados.** Essa troca ocorrerá na cidade onde o veículo esteja sendo utilizado quando a quilometragem for atingida, sem ônus para a CONTRATANTE e no prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis** da comunicação da necessidade de troca;
- 3.21. Permitir a devolução do veículo por qualquer pessoa portadora de identificação do IBGE e não somente pela pessoa que efetuou a retirada.
- 3.21.1 Eventuais contratos de retiradas de veículos deverão constar como responsável a CONTRATANTE ou a pessoa indicada pelo gestor do contrato.
- 3.22. A Contratada deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos a exemplo de pneus, amortecedores, pastilhas de freios etc, necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato;
- 3.23. A CONTRATADA deverá manter um contato **telefônico** no horário das **08:00 às 18:00 horas** para solicitações de locações, reclamações, atendimento em geral e solicitação de manutenção e substituição de

veículo e um **contato das 07:00 as 23 horas, em todos os dias da semana, para solicitações de serviços de guincho**. Estes contatos telefônicos devem ser informados para a CONTRATANTE antes do início da execução do CONTRATO.;

3.24. **Não haverá limite de quilometragem e taxa de lavagem veicular;**

3.25. A Contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.26. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos e supressões** que se fizerem necessários à presente aquisição, no montante de **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato ou as supressões resultantes de acordo entre os Contratantes, como previsto **nos artigos 124, 125 e 126 da Lei nº 14.113/2021**.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os veículos deverão estar equipados com todos os itens básicos de série e regulares de segurança estabelecidos pelo CONTRAN, referente a resolução nº 912 de 28/03/2022 além dos seguintes itens:

4.1.1 Pneus em condições adequadas de segurança;

4.1.2 Quilometragem **livre** (sem cobrança adicional por quilômetro);

4.1.3 Documentação de licenciamento de veículo regular;

4.1.4 **Seguro sem franquia para a CONTRATANTE**, conforme será descrito no Termo de Referência;

4.1.5 Manutenção **corretiva e preventiva** por conta da CONTRATADA, conforme será descrito no Termo de Referência;

4.1.6 **Serviços de guincho disponíveis entre as 07:00 e as 23 horas do dia, em todos os dias da semana**, conforme Termo de Referência;

4.1.7 Em caso de necessidade de parada para manutenção, em caso de acidente, pane ou necessidade de acionamento de guincho, a locação será considerada automaticamente encerrada a partir da data e horário da ocorrência geradora, não gerando qualquer ônus para CONTRATANTE.

4.1.8 Permissão para colocação de adesivo constando a indicação do órgão público para isenção de pedágio e sinalização de veículo a serviço do IBGE;

4.1.9 Local de entrega: Superintendência Estadual do IBGE no RS em **Porto Alegre**, e em mais 02 polos estaduais: **Santa Maria e Passo Fundo**;

4.1.10 A empresa deverá estar apta a prestar serviços de locação;

4.1.11 Fornecer os veículos de acordo com as especificações e quantitativos contidos no Termo de Referência;



- 4.1.12 Arcar com todas as condições contratuais pactuadas;
- 4.1.13 Os endereços de entrega e devolução dos veículos poderão ser alterados, havendo de toda forma aviso-prévio da CONTRATADA à CONTRATANTE, nesses casos, devendo a CONTRATADA avisar a CONTRATANTE com no **mínimo 15 (quinze) dias** de antecedência e devendo haver um aceite formal da CONTRATANTE;
- 4.1.14 Nos atos de retirada e devolução dos veículos serão realizadas inspeções para verificar o estado de recebimento e devolução do veículo;
- 4.1.15 Os veículos serão disponibilizados para a CONTRATANTE com **tanque de combustíveis cheio** e serão devolvidos para a CONTRATADA com o tanque de combustíveis cheio;
- 4.1.16 Em caso de necessidade de substituição do veículo por manutenção, a CONTRATADA deverá entregar o veículo no mesmo município onde ocorreu a falha do veículo, sendo combinado com a CONTRATANTE;
- 4.1.17 Os veículos deverão ser disponibilizados limpos e lavados para a CONTRATANTE, entretanto a CONTRATANTE não precisa devolver os veículos limpos e lavados para a CONTRATADA;
- 4.1.18 Não deverá ocorrer nenhuma cobrança adicional para a CONTRATANTE devido a devolução de veículos não limpos e não lavados;
- 4.1.19 A participação da CONTRATADA pressupõe concordância tácita as condições deste certame e o pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- 4.1.20 As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estarão previstas neste **Termo de Referência, dentre elas:**
- 4.1.20.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
  - 4.1.20.2. Prestar todas as informações necessárias à fiscalização contratual;
  - 4.1.20.3. Fornecer a documentação necessária para os gestores de execução e administrativo do IBGE;
  - 4.1.20.4. Capacidade operacional para locação de aproximadamente **48 (quarenta e oito) veículos leves (passeio) e 20 (vinte) veículos intermediários (elevados)**, em um período de **12 (doze) meses**, podendo o número de locações oscilar em cada mês, com limite de **até 68 (sessenta e oito) locações no período de 12 (doze) meses**, conforme necessidade da Entidade ao longo do ano de contratação ou conforme exigências de cada um dos lotes do item 1.1.

## Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;

4.2.2 Esta contratação observa as diretrizes de sustentabilidade ambiental, buscando a redução do consumo de recursos naturais e a mitigação de danos ambientais decorrentes da operação de campo no Rio Grande do Sul.

4.2.3 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.2.4 Conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010 e o Guia de Contratações Sustentáveis, os veículos a serem locados deverão atender aos seguintes requisitos:

4.2.4.1. **Eficiência Energética (Etiquetagem PBEV):** Os veículos convencionais **leves (48 unidades)** e **intermediários (20 unidades)** deverão apresentar o Selo de Eficiência Energética do INMETRO (Procel/PBE) nas categorias “A” do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) mais eficiente, garantindo menor emissão de gases de efeito estufa (CO<sub>2</sub>) e menor consumo de combustível por quilômetro rodado;

4.2.4.2. **Controle de Emissões (PROCONVE):** Os veículos devem estar em estrita conformidade com as fases vigentes do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE/IBAMA) para o ano de 2026, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;

4.2.4.3. **Tecnologia Flex:** preferência de motorização bicomcombustível (flex), permitindo o uso prioritário de Etanol, que possui ciclo de carbono mais sustentável que a Gasolina, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

#### 4.3. **Logística Reversa e Descarte de Resíduos:**

4.3.1 A contratada será integralmente responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados pela manutenção da frota, conforme a **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)**;

4.3.2 **Pneus e Baterias:** A contratada será responsável pela destinação final ambientalmente adequada dos pneus inservíveis e baterias de chumbo-ácido, utilizando sistemas de logística reversa;

4.3.3 **Óleos Lubrificantes:** O descarte de óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) deve seguir as normas do CONAMA, sendo proibido o descarte em solo ou rede de esgoto.

4.4. É permitida a **subcontratação** parcial do objeto, até o limite de **25 % (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4.1 **Autorizado** previamente pela CONTRATANTE em casos **específicos e não podendo superar 25% das locações executadas.**

4.4.2 Os veículos disponibilizados pela CONTRATADA para a CONTRATANTE deverão estar com o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo em nome da CONTRATADA (Nome e CNPJ). Os veículos que estiverem em nome de terceiros serão considerados como subcontratação e somente poderão ser disponibilizados após prévia autorização da CONTRATANTE, respeitando o limite máximo de 25% das locações executadas.

4.4.3 A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento e pela qualidade da subcontratação.

4.5. É vedada a **subcontratação** completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.5.1 A subcontratação fica limitada a **25 % (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, mediante prévia justificativa formal da Contratada e autorização da Administração;

4.6. Em qualquer hipótese de **subcontratação**, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **Garantia da contratação**

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os **arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, com validade durante a execução do contrato e **90 (noventa) dias** após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5 % (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

- 4.11. Em caso de opção pelo **seguro-garantia**, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, **até a data de assinatura do contrato**.
- 4.11.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.11.2 Caso o **adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato**, ocorrerá a **preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia**.
- 4.11.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.11.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressaltados os períodos de suspensão contratual.
- 4.11.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.14. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e **deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil**.
- 4.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.15.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.16. **A garantia assegurará**, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.16.1 **Prejuízos** advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.16.2 **Multas** moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.16.3 **Obrigações trabalhistas e previdenciárias** de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

- 4.17. A apólice do **seguro-garantia** ou a **fiança bancária** deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.17.1 **O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.**
- 4.18. No caso de **alteração do valor** do contrato, ou **prorrogação** de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva **reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.21.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.21.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuidade ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.22.1 A extinção da garantia na modalidade **seguro-garantia** observará a regulamentação da **Susep**.
- 4.22.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.24. O Contratado **autoriza** o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

- 4.27. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

#### 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: **10 (dez) dias da assinatura do contrato.**

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Neste período a CONTRATADA também deverá fornecer a lista de oficinas credenciadas para manutenções dentro dos polos denominados para retirada dos veículos, para realização de pequenos reparos nos veículos e revisões, tais como: troca de pneus, troca de óleo e filtros, geometria e balanceamento, elétrica e mecânica.

5.1.2.2. Locação de aproximadamente **48 (quarenta e oito) veículos leves** (passeio) e **20 (vinte) veículos intermediários** (elevados), em um período de 12 (doze) meses, podendo o número de locações oscilar em cada mês, com limite de até **68 (sessenta e oito) locações** no período de **12 (doze) meses**, conforme necessidade da Entidade ao longo dos 12 (doze) meses de contratação. Na cor branca;

5.1.2.3. A CONTRATANTE enviará planejamento **bimestral** para a CONTRATADA, com uma prévia das locações que serão realizadas no mês seguinte;

5.1.2.4. Os veículos solicitados pela CONTRATANTE deverão ser disponibilizados nas datas e nos endereços indicados no planejamento **bimestral**.

5.1.2.5. Caso haja necessidade de entrega de veículo, não contemplado no planejamento **bimestral**, este deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE no prazo de **5 (cinco) dias úteis** do pedido.

5.1.2.6. O serviço deverá estar disponível durante **24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados**;

5.1.2.7. Respeitar os prazos de substituição de veículo, caso necessário;

5.1.2.8. Os veículos que não atendam às disposições contratuais serão recusados pela fiscalização;

5.1.2.9. Caso haja substituição de veículo e este não respeite as condições estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA estará passível de sofrer as sanções descritas no **item 8**;

5.1.2.10. A CONTRATADA manterá seguro com proteção para acidentes com perda total e/ou parcial, roubo, furto, incêndio e contra terceiros, com cobertura para danos pessoais e materiais, sem franquia para a CONTRATANTE, durante o prazo de vigência da contratação, devendo comprovar essa condição a qualquer tempo, caso requerido pela CONTRATANTE;

- 5.1.2.10.1. Cobertura de casco (colisão, incêndio, furto e roubo), de no mínimo o Valor de Mercado Referenciado – **100% da tabela FIPE**;
- 5.1.2.10.2. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para Danos Materiais a Terceiros no valor mínimo de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**;
- 5.1.2.10.3. Danos Corporais a Terceiros no valor mínimo de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**;
- 5.1.2.10.4. Danos Morais a Terceiros no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**;
- 5.1.2.10.5. Acidente Pessoal por Passageiros (APP) – Morte /Invalidez, com o valor mínimo de **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** por passageiro;
- 5.1.2.10.6. Caberá à Contratada os custos relativos ao pagamento do prêmio do seguro e das franquias eventualmente utilizadas, os quais não serão repassados, em qualquer hipótese, ao IBGE;
- 5.1.2.10.7. A apólice acima deverá ser encaminhada ao Gestor Administrativo do Contrato, no momento da entrega do veículo. O veículo somente será recebido pelo IBGE caso a apólice respeite todas as exigências elencadas acima;

5.1.1 Veículos com **quilometragem livre, fabricação não superior a 2 (dois) anos, sem motorista**, com **seguro total sem franquia para a CONTRATANTE** e com as seguintes características:

- 5.1.1.1. **Veículo Convencional de passeio (Leve)**: tipo hatch ou sedan, motorização 1.0, 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos nas portas dianteiras, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. altura mínima do solo de 155 mm e documentação regular. Cor branca.
- 5.1.1.2. **Veículo Intermediário (elevado)**: Tipo SUV ou Pick-up, com maior altura livre do solo, torque reforçado (torque de no mínimo 20 kgfm), 4 portas, ar-condicionado, bicomcombustível (etanol e/ou gasolina), direção hidráulica ou elétrica, apto para tráfego em vias não pavimentadas, altura mínima do solo de 190 mm tração 4 x 2, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. Cor branca.

5.1.2 Levando em consideração que a Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul enfrenta um aumento crítico na demanda de transporte a partir de maio de 2026. O cronograma da Diretoria de Pesquisas (DPE) prevê a sobreposição de operações de alta complexidade tais como:

- 5.1.2.1. Pesquisas Estruturais por Empresa: **Início em maio/2026**;
- 5.1.2.2. Manutenção de Fluxo Contínuo: **PNAD Contínua e atualizações mensais do CNEFE**;

5.1.3 A frota própria atual é insuficiente para cobrir as 36 agências do estado, contando, atualmente, com 97 veículos dentre eles uma Van e um Nissan FRONTIER 4X4 (em péssimo estado), ou seja, 83

veículos leves e 14 veículos tracionados, cujas amostras exigem deslocamentos rurais e urbanos extensos, sob pena de perda de qualidade estatística e descumprimento de prazos legais de divulgação de dados.

5.1.4 O contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, podendo, em caso de interesse da Administração, **ser prorrogado** por meio de **Termo Aditivo; prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

## 5.2. Das multas de Trânsito:

5.2.1 As multas de trânsito serão ressarcidas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, entretanto a CONTRATADA deverá informar o mais breve possível à CONTRATANTE a ocorrência de cada multa.

5.2.2 A CONTRATADA deverá encaminhar ao IBGE, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias antes de vencer** o prazo para identificação do condutor, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de interpor recursos e de ser apurado o real condutor do veículo.

5.2.3 O IBGE comunicará à CONTRATADA, dentro do prazo legal, o real condutor para fins de preenchimento da **DIRC** – Declaração de Identificação do Real Condutor, devendo os pontos da infração serem contabilizados na carga dele;

5.2.4 Nos casos em que o IBGE não for notificado dentro do prazo supracitado, a CONTRATADA se responsabilizará integralmente pelas consequências legais da não apresentação do condutor no prazo especificado na notificação;

5.2.5 Não havendo o interesse na apresentação de recurso pelo condutor ou, havendo o interesse, os recursos cabíveis forem desprovidos, resultando na aplicação da multa de trânsito, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da referida multa e solicitar o reembolso dos valores junto ao IBGE;

5.2.6 As multas deverão ser **pagas dentro do prazo de vencimento**, assegurando que o pagamento se dê com o devido desconto legal;

5.2.6.1. Contratada deverá **anexar cópia do comprovante de pagamento de multa**, devidamente identificado na fatura, para ressarcimento por parte da CONTRATANTE. Não serão ressarcidas multas por “Não Identificação do Condutor (NIC)” caso a Contratada não cumpra os prazos.

5.2.7 Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento dentro do prazo por culpa própria, a CONTRATANTE apenas estará obrigado a ressarcir o valor com desconto;

5.2.8 Todo o contato com o Órgão de trânsito deverá ser feito pela CONTRATADA;



5.2.9 A CONTRATANTE não arcará com despesas adicionais oriundas do atraso da identificação do condutor caso a CONTRATADA não tenha enviado a cópia da multa à CONTRATANTE em tempo hábil, **item 5.2.2**;

5.2.10 É vedada a identificação automática por parte da CONTRATADA em nome do servidor responsável pelo contrato ou pela retirada do veículo, cabendo penalização direta caso isso ocorra, bem como correção imediata junto ao órgão de trânsito responsável. Em caso de não identificação do condutor por parte da CONTRATANTE, a multa deverá permanecer sem condutor, arcando o responsável objetivo (Contratada ou Contratante), pelo não cumprimentos dos prazos, com o pagamento dessa multa adicional.

### 5.3. Da Manutenção:

5.3.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos (correndo às suas expensas), entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas;

5.3.2 Todos os custos de manutenção preventiva e corretiva, revisões, deslocamentos para recolhimento dos veículos acidentados ou em pane, serviço de guincho, disponibilidade de veículos, bases de apoio, oficinas, seguros, franquias, taxas, fretes, licenciamentos, impostos são por conta da CONTRATADA. A CONTRATANTE somente desembolsará o valor relativo a locação mensal por veículo efetivamente utilizado;

5.3.3 O único serviço de manutenção que não é de responsabilidade da CONTRATADA é o conserto de pneus (serviços de borracharia), sendo que estes serão resolvidos pela CONTRATANTE em estabelecimentos próximos da realização das atividades da CONTRATANTE. O custo neste caso será de responsabilidade da CONTRATANTE. Entretanto em casos de necessidade de troca de pneus ou serviços de alinhamento e balanceamento a responsabilidade e o custo serão por conta da CONTRATADA.

5.3.4 O tempo que o veículo estiver em manutenção, seja qual for o tipo e o motivo da manutenção, não será computado como tempo de locação do veículo.;

5.3.5 A CONTRATADA deverá realizar o rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda pneus, e a conferência do alinhamento da direção.

5.3.6 Em caso de ocorrência de avaria que ocasione perda total do veículo, não haverá qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.3.7 CONTRATADA deverá disponibilizar um **serviço de guincho** com abrangência em todo o estado do Rio Grande do Sul, em zona urbana e em zona rural, com funcionamentos **disponíveis entre as 07 h e as 23 h do dia**, em todos os dias da

semana, para recolhimento eventual de veículos em pane, com defeito ou acidentados, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE em caso de utilização dos guinchos.

5.3.8 Em caso de manutenção, por defeito que impeça a utilização dos veículos, a CONTRATADA deverá substituir o veículo por outro em pleno funcionamento, nos prazos mencionados nos **Itens 3.8.1 e 3.8.2**, da notificação do ocorrido.

#### 5.4. **Cronograma de realização dos serviços:**

5.4.1 Plano de retiradas para o primeiro bimestre em até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

5.5. Cada locação tem a duração mínima de 1 (um) mês;

5.6. Caso o veículo permaneça mais de 1 mês em utilização pela CONTRATANTE, será computado mais de uma locação, de acordo com o período utilizado, conforme exemplificado abaixo:

5.6.1 **Exemplo 1:** Veículo “A” foi retirado pela CONTRATANTE no dia 01/08/2026 e devolvido no dia 31/10/2026. Neste caso serão consideradas 3 locações inteiras, referentes aos meses de agosto, setembro e outubro/2026.

5.6.2 **Exemplo 2:** Veículo “B” foi retirado pela CONTRATANTE no dia 01/07/2026 e devolvido 15/08/2026. Neste caso serão consideradas **1,5 locações**. Período integral de julho/2026 e 15 dias no mês de agosto/2026.

5.7. O período de locação será considerado a partir da entrega dos veículos nos endereços listados, em horário comercial, preferencialmente na parte da manhã, e encerrará a partir da comunicação de disponibilidade do veículo para recolhimento pela CONTRATADA nos endereços listados.

5.8. Os serviços serão prestados a partir de solicitação apresentada pelo IBGE que comunicará à CONTRATADA a quantidade necessária de locações de veículos para os próximos dias.

5.8.1 Para início da execução dos serviços, a contratada deverá estar preparada para disponibilizar os veículos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da assinatura do contrato.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.9. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

| <b>Município</b>  | <b>Endereço</b>  | <b>CEP</b> |
|-------------------|--|------------|
| Porto Alegre – RS | Av. Augusto de Carvalho, nº 1.205, bairro Praia de Belas, na cidade de Porto Alegre/RS | 90010-390  |
| Santa Maria – RS  | Rua Pantaleão, 39 – BAIRRO: Centro   | 97010-180  |
| Passo Fundo – RS  | Rua Paissandu, 753 – 5º andar, BAIRRO: Centro  | 99010-101  |

5.10. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **mensalmente após a solicitação formal**.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.11. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.11.1 **ITEM 1 – LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO (Leve) AUTOMÓVEL TIPO PASSEIO HATCH OU SEDAN, SEM MOTORISTA:** Motor 1.0 ou de potência maior, total flex, cinco lugares (1 motorista + 4 passageiros), quatro portas, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e travas elétricas nas portas (sendo aceitável apenas nas portas dianteiras), ano de fabricação no mínimo 2024, seguro total e seguro contra terceiros, mecânica/manutenção corretiva, emplacamento, adesivagem e franquia global, com **quilometragem livre**. Além dos itens supracitados, o veículo deverá possuir todos os itens de segurança obrigatórios de acordo com a sua categoria, **altura mínima do solo de 155 mm** e documentação regular. Cor branca;

5.11.2 **ITEM 2 – LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO AUTOMÓVEL (Intermediário) Tipo SUV ou Pick-up, SEM MOTORISTA:** com maior altura livre do solo, torque reforçado (torque de no mínimo 20kgfm), 4 portas, ar-condicionado, bicombustível (etanol e/ou gasolina), Direção hidráulica ou elétrica, vidros e travas elétricas nas portas (sendo aceitável apenas nas portas dianteiras), apto para tráfego em vias não pavimentadas, **altura mínima do solo de 190 mm**, tração 4 x 2, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas, ano de fabricação no mínimo 2024, seguro total e seguro contra terceiros, mecânica/manutenção corretiva, emplacamento, adesivagem e franquia global, com **quilometragem livre**. Cor branca]; e

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.12. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.12.1 A contratação prevê a locação de até **68 (sessenta e oito)** veículos no **total**, sendo até **48 (quarenta e oito) veículos leves** (passeio) e **até 20 (vinte) veículos intermediários (elevados)**, para um período de **12 (doze) meses**;

5.12.2 A demanda é **variável e não obrigatória**, o que significa que o número de veículos locados poderá oscilar mensalmente conforme a necessidade da Administração Pública, respeitados os limites máximos estabelecidos por lote e o teto global de **68 (sessenta e oito)** locações.

5.12.3 O faturamento será realizado estritamente com base na efetiva utilização;

5.12.4 As locações poderão ser divididas em **03 (três) lotes** geográficos, que atuarão como polos de entrega e suporte para as **36 agências** vinculadas, conforme **item 1.10 do TR**;

5.12.4.1. Sendo elas: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canela, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Lagoa Vermelha, Lajeado, Osório, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Três Passos, Uruguaiana, Veranópolis, Passo Fundo, Santo Ângelo, Santa Rosa, Tapejara e Palmeira das Missões, Canoas, Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Taquara, São Jerônimo e Viamão.

5.12.5 A licitante deverá considerar em seus custos que, embora a entrega e a devolução ocorram nos polos (Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo), **os veículos circularão em missões institucionais por todo o estado do Rio Grande do Sul;**

5.12.6 Para fins de padronização das propostas, as licitantes deverão considerar o regime de quilometragem livre, uma vez que os veículos atenderão a atividades de campo e fiscalização com deslocamentos intermunicipais frequentes;

5.12.7 Considerando a oscilação da demanda, a licitante deve demonstrar capacidade técnica e operacional para absorver as flutuações dentro dos quantitativos máximos de cada lote;

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.13. **O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).**

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.14. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.**

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período **dos 12 meses de locação.**

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de

serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 Receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no Anexo V. devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não realizar a entrega ou substituição dos veículos dentro dos prazos adequados.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 Não produziu os resultados acordados,

7.2.2 Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.**

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Realizar a entrega dos veículos adequados dentro dos prazos solicitados, conforme indicado no planejamento **bimestral**;

7.4.1.1. Tratando-se de **solicitação pontual**, fora do planejamento **bimestral**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis da solicitação**.

**Recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1 **Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, considerar-se-á como conclusão da etapa mensal a efetiva prestação dos serviços ao longo do período, devendo a fiscalização contratual verificar a execução relativa ao mês imediatamente anterior, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente, para fins de recebimento e autorização do pagamento.**

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de **recebimento provisório**, será considerado para fins de faturamento o período **mensal em conformidade ao indicado no item 5.10, ou seja, o mês anterior ao da emissão da nota fiscal e pagamento**.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços

até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) O prazo de validade;
- II) A data da emissão;
- III) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) O período respectivo de execução do contrato;
- V) O valor a pagar; e
- VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao **SICAF** para:

7.27.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao **SICAF**, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis, regularize** sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

#### Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de **um ano** contado da data do orçamento estimado, em **02/04/2026**.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

7.46. **As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.**

7.46.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SE-GES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 **Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07 % (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco) dias**.

8.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da

Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO por grupo/lote**.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a

indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da **Fazenda Nacional**.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado **inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – [valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado]**

9.25.1 **Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses (referente ao lote contratado)**, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos **dois últimos exercícios sociais**, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste **termo de referência** deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de



certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **2 (dois) anos** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o **somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante**, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, **a uma única contratação**.

9.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade

técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6 Os seguintes documentos para a **comprovação da regularidade jurídica da cooperativa**:

9.40.6.1. Ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 252.486,72 (duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: **11301/114625**;
  - II) Fonte de recursos: **1000000000**;
  - III) Programa de trabalho: **229069**;
  - IV) Elemento de despesa: **339033-03-Locação de meios de transporte**; e
  - V) Plano interno: **Pesquisas e PNS**.
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste **Termo de Referência** não são classificadas como sigilosas.

*Porto Alegre, na data da assinatura eletrônica.*

---

**Effrein Amaral Alves**

Téc. Informações Geográficas e Estatísticas – GRM/SES/RS

---

**Dieison Vedoy**

Gerente de Recursos Materiais – GRM/SES/RS

---

**Luís Eduardo Azevedo Puchalski**

Superintendente Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul – SES/RS



Documento assinado eletronicamente por EFFREIN AMARAL ALVES, Assistente Técnico, em 9 de Junho de 2026, às 15:32:49, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 8434026188092783554 e o código CRC 96B51044.



Documento assinado eletronicamente por DIEISON VEDDY, Gerente Nível I, em 9 de Junho de 2026, às 15:47:04, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 2681512827480290525 e o código CRC D22715C8.



Documento assinado eletronicamente por LUIS EDUARDO AZEVEDO PUCHALSKI, Superintendente Estadual Nível II, em 9 de Junho de 2026, às 21:18:12, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1394490358385166745 e o código CRC A7F068A7.